

# **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E UNIVERSIDADE NO BRASIL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFORMA DO ESTADO**

**Paulo Gomes Lima**

Universidade Federal da Grande Dourados-MS  
paulolima@ufgd.edu.br

**Resumo:** Este estudo de caráter exploratório teve como objetivo analisar a educação superior no Brasil a partir da reestruturação produtiva e reforma do Estado a partir da década de 1990. Utilizamos como a revisão de literatura como espaço de discussão sobre o objeto de estudo. E concluímos que as políticas educacionais, particularmente para o ensino superior no Brasil, se tornaram campo fértil neste contexto, entretanto, observamos, por meio deste estudo que as políticas (sociais) compensatórias de inclusão social à Universidade atendiam em sua totalidade à lógica do mercado capitalista sob nova roupagem, fragilizando a democratização do acesso e normatizando a sua redução à medidas paliativas.

**Palavras-chave:** políticas educacionais, universidade brasileira, reestruturação produtiva

## **INTRODUÇÃO**

Na década de 1990, os esforços internacionais na ratificação de um “ideário comum” para foram incorporados nas políticas públicas educacionais de muitos países em desenvolvimento, a partir de alguns eventos, dos quais o Brasil foi assíduo assignante, a saber: Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (1979), Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), Encontro Mundial de Cúpula pela Criança (1990), Conferência Mundial de Educação para todos (1990), Encontro de Nova Delhi (1993) e Reunião de Kingston na Jamaica (1996). Além da “preocupação no fortalecimento da educação básica nos países periféricos, o que provocaria uma redução no nível de pobreza mundial, havia que se pensar uma atualização para a educação superior, o que não tardaria a acontecer no final da década.

A Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e à Cultura (UNESCO), preocupada com a “inadequabilidade da estrutura e funcionamento” e da universidade frente ao mundo globalizado, no período de 5 a 9 de outubro de 1998 em Paris, França, propôs uma linha direcional para nortear o seu caminho centrado em policompetências objetivas de sua qualificação profissional e sua contrapartida seria a de criar condições “ótimas” para a sua ocorrência – em nível de infra-estrutura e maior abertura social para a inclusão social de demandas pouco consideradas.

No ano de 2009 ocorreu Conferência Mundial sobre Ensino Superior: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social). Desse referido evento fora redigido um documento datado de 08 de julho de 2009, que traz no preâmbulo toda uma apologia à sinergia dos “interesses maiores” da universidade como direito universal da humanidade e por isso mesmo a justificativa para a luta contra a crise e a promoção de uma

sociedade integradora e combatente às questões da pobreza e promoção da inclusão social. A adesão brasileira ao ideário neoliberal, analisada por essa trilogia, encontrará todas as condições favoráveis para a sua expansão e a reforma do Estado brasileiro representará uma orientação anuente à acumulação do capital, onde as políticas educacionais refletiriam em todos os níveis o reforço de uma escola e universidade dualista e excludente.

### **Sobre a reestruturação produtiva**

O Brasil só incorporaria os ideários neoliberais em sua totalidade nos anos de 1990. Esta reportagem é muito oportuna quando consideramos a totalidade do programa de governo de FHC nos anos de 1990 e sua proposição frente à reforma de Estado que, de forma geral, do início ao fim do governo, em nome da “social democracia” adotou quase que unanimemente as primeiras diretrizes neoliberais operacionalizadas por Margaret Thatcher, a saber: elevação das taxas de juros, diminuição significativa sobre os rendimentos altos, abolição de controle sobre os fluxos financeiros, geração de níveis massivos de desemprego, sufocação de greves, imposição de legislação anti-sindicais, corte de gastos sociais e por último, mas não menos importante, um acentuado programa de privatização; têm sido em maior ou menor intensidade o programa de governos neoliberais.

### **Sobre a reforma do Estado**

As medidas levadas a cabo em nível de reestruturação produtiva e reforma do Estado, culminaram em ordenamento substancial das políticas públicas para a educação brasileira, inclusive no posicionamento acerca da “inclusão social” de classes menos favorecidas e grupos étnicos à universidade e demais modalidades de ensino, como já vinha sendo arquitetado entre as décadas de 1980 e 1990.

Os arranjos em nível de organização das políticas públicas no Brasil atentavam para a prescrição constitucional das indicações multilaterais, encaminhando-se para a projeção de políticas setoriais de ponta, envolvendo um padrão diferenciado de educação superior para as classes trabalhadoras, o aprimoramento e delineamento da universidade pública como centro de excelência para a classe economicamente hegemônica e da proposição de uma nova LDBEN, que seria viabilizada nos primeiros anos do governo FHC, da organização de parâmetros curriculares educacionais para a educação básica e mais adiante da “re-forma” universitária incidente no governo de Luis Inácio Lula da Silva.

### **Sobre as políticas educacionais no Brasil na década de 90 e além**

Em relação à educação superior, por meio das ações afirmativas – projetaram-se medidas de “discriminação positiva” – “discriminando excludentemente toda uma sociedade com um discurso de justiça e negação de sua universalização.

Mudaram-se os arranjos, mas a escola e a universidade brasileira permanecerão como instituições dualistas e excludentes ao longo do seu desenvolvimento, reunindo afirmações

reforçadoras da teoria social capitalista do mundo globalizado, como por exemplo, as derivadas da “*Declaração Mundial Sobre a Educação Superior para o Século XXI: visão e ação*” (05/09/1998) assinadas em Paris, França.

No artigo 1º, alínea “e”, aponta-se que a “(...) universidade tem a missão de educar, formar e realizar pesquisas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento do conjunto da sociedade, dessa maneira deverá: e) *contribuir para a proteção e consolidação dos valores da sociedade*, propiciando aos jovens ferramentas para que a visão e exercício democráticos e críticos sejam assegurados dentro de contínuo debate sobre opções estratégicas e o fortalecimento de enfoques humanistas” e ao longo de todo o documento é tomado como diretriz a responsabilidade da educação superior para atender as demandas da sociedade hodierna, não no sentido de transformá-la, mas de sua necessária adequação ao processo produtivo em nome dos contextos de pluralismo e diversidade culturais, bem como a criação de uma nova visão do ensino superior que pressupunha o acesso a “alguns grupos específicos devem ter o acesso à educação superior facilitado: povos indígenas, minorias culturais e lingüísticas, povos que vivem em situação de ocupação e pessoas que sofrem incapacidades”.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eleito, Lula ressalta o seu assentimento com os organismos internacionais (BM, FMI), consoante às reformas previstas nas políticas públicas do Brasil para todos em três eixos:

- a) necessidade de investimento público no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio;
- b) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das novas tecnologias educacionais, principalmente através da educação superior à distância;
- c) diversificação das fontes de financiamento para a educação superior.

Esses pontos não tardaram a ser considerados pelo governo, ainda na primeira gestão – 11/09/2003 encaminhamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 217, que versava sobre a diversificação das fontes de financiamento da educação superior; no mesmo ano 13/12, o Projeto de Lei Complementar (PL) Nº 118 que tratava da Lei Orgânica da Autonomia Universitária e; dois dias depois, 15/12, encaminhamento da medida provisória (MP) Nº 147, instituidora do Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior.

No ano seguinte, é instalado um Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior para reformular a universidade brasileira presidido por Fernando Haddad, então secretário executivo do MEC, cujo resultado não ficou muito distante das propostas dos organismos multilaterais: a) processo de inclusão social, com a ênfase na utilização das instituições privadas, na oferta de vagas subsidiadas pelo governo aos grupos desfavoráveis entre pobres e étnicos; b) ênfase na educação à distância para alcançar os “não alcançados do sistema, c) ampliação de programas ampliação e acompanhamento da avaliação da qualidade da educação oferecida quanto à eficácia e eficiência.

Ao invés de transformação houve de fato uma adequação infra-estrutural para a realidade da educação dualista no Brasil e a conservação de sua imobilidade, mas agora com roupagem diferenciada: a concertação das desigualdades sociais, não pelo rompimento da teoria da acumulação capitalista, mas pela inclusão, se não de todos, pelo menos de grupos cuja visibilidade, favorecessem a explicitação do esforço do “mundo solidário capitalista” para a erradicação da pobreza, da fome, das oportunidades educacionais e da promoção de um mundo centrado na “solidariedade universalizante, democrática e humanizante”.

## REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997**. O Estado Num Mundo Em Transformações. Washington: World Bank, 1997.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, DF, 1995.
- CARDOSO, F.H.C. **Mãos à obra**: proposta de governo. Brasília: s.ed., 1994.
- CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. Petrópolis, R.J: Vozes: NEDIC, 2000.
- CORAGGIO, José Luis. **Propostas do Banco Mundial para a educação**: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, L: WARDE, S. (orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.
- FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez. 2001
- LIMA, Paulo Gomes. **Política científica e tecnológica: países desenvolvidos, América Latina e Brasil**. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2009b.
- LIMA, Paulo Gomes. **Saberes pedagógicos da educação contemporânea**. Engenheiro Coelho/ SP: Centro Universitário Adventista de São Paulo, 2007.
- LIMA, Paulo Gomes. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Artur Nogueira, SP: Amilpress, 2003. 196p.
- LIMA, Paulo Gomes. Transversalidade e docência universitária: por uma recorrência dialética do ensinar-aprender. **Revista Educação/UFSM**, 2008.
- LIMA, Paulo Gomes. **Unha de gato em novelo de lã ou do financiamento da pesquisa científica & tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002): o dito e o feito no “plano real”**.  
(Tese de Doutorado). Araraquara/SP: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – FCLAR/UNESP, 2005.
- OLIVEIRA, R. Emprego. LAMOUNIER, B. & FIGUEIREDO, R. **A era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia brasileira**: uma introdução crítica, 1998.
- XAVIER. M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas (SP): Papirus, 1990.